

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação*

ANO V – NÚMERO VIII

1º SEMESTRE 2019

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO V, Nº VIII, 1º SEM. 2019



Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Home page: www.editorialjurua.com/revistaconsinter/
e-mail: internacional@jurua.net

ISSN: 2183-6396

Depósito Legal: 398849/15

DOI: 10.19135/revista.consinter.00008.00

Editor:

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

Diretores da Revista:

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação

ANO V – NÚMERO VIII

1º SEMESTRE 2019

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Porto
Editorial Juruá
2019

Instruções aos Autores

Revista Internacional CONSINTER de Direito

1. DAS PUBLICAÇÕES

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria.

O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Juruá Lda., e no Brasil pela Juruá Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*) para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

OBS. 1: Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

OBS. 2: Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

2. PERIODICIDADE

Semestral.

3. CONDIÇÕES

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail contato@consinter.org.

5. NORMAS — OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- a) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos;
Obs.: Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.
- b) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e Pós-Doutores;
- c) Serão aceitos trabalhos em coautoria, com limitação máxima de 03 (três) participantes devidamente inscritos;
- d) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme edital;
- e) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação;
- f) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas;
- g) Ser redigido em formato Word em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas;
- h) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou o Instituto ao qual esteja vinculado direta ou indiretamente;
- i) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês;
- j) O texto deve estar salvo em arquivo Word, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entrelinhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência, sendo que as Referências deverão seguir as Normas Técnicas;
- k) As páginas deverão estar numeradas;
- l) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente;
- m) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento;
- n) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros;

- o) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês;
- p) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo;
- q) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – conforme modelo anexo e/ou disponível no *site*;
- r) A qualificação do autor deverá ter no máximo 4 linhas, em nota especial de rodapé, indicando obrigatoriamente a formação acadêmica e citando a Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculado, quando for o caso;
- s) A taxa de inscrição é individual e única para cada autor. Assim, cada autor deverá efetuar a sua inscrição e o pagamento da respectiva taxa;
- t) Um autor poderá enviar quantos artigos desejar, no entanto, para cada artigo submetido deve haver o pagamento da taxa de inscrição/submissão;
- u) Observando as normas de qualificação, somente poderá ser liberado para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito um artigo por autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos do mesmo autor para a Revista, ao melhor juízo da comissão avaliadora, os demais artigos serão direcionados para publicação no Livro Direito e Justiça ou para o(s) próximo(s) número(s) da Revista.

6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar os sistemas:

I) Trabalhos Estrangeiros:

Trabalhos estrangeiros poderão utilizar as normas técnicas compatíveis com o seu país de origem, respeitando as normas de publicação dispostas nesse edital, inclusive o Estilo Chicago se assim o autor entender cabível e adequado.

Estilo Chicago:

Último nome do autor, primeiro nome, título do livro. (Cidade: editora, ano), versão. Por exemplo: Ninguém, José, Livro Exemplo. (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), edição Juruá e-Books.

II) Trabalhos Brasileiros:

Para artigos brasileiros recomenda-se seguir as Regras da ABNT (NBR 10.520/2002) para as citações, as quais podem ser diretas ou indiretas.

Para a indicação da fonte das citações, o autor poderá optar pelo sistema numérico (notas de rodapé) ou pelo sistema autor-data, não podendo, portanto, utilizar os dois sistemas concomitantemente.

A – Sistema Autor-Data

As Referências deverão seguir a NBR 6.023/2002.

No sistema autor-data, a fonte da citação é indicada junto à mesma e de forma sucinta. Devem ser evidenciados apenas: a autoria, o ano de publicação e a página do trecho citado.

Obs.: Se a opção for pelo sistema Autor-Data, pode-se utilizar o rodapé para as notas explicativas, conforme assim autoriza a NBR 6.022/2003.

B – Sistema em Notas de Rodapé

Ainda, adotando o sistema brasileiro de referênciação, se a opção de citação das referências for pelo sistema numérico, ou seja, **em notas de rodapé**, estas deverão seguir a NBR 10.520/2002.

7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados.

Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas. Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

- a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;
- b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenação Executiva contato@consinter.org

www.consinter.org

INDEXADORES DA REVISTA:

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI

COLABORADORES:

Adegmar José Ferreira
Adriana Vieira da Costa
Adriano Moura da Fonseca Pinto
Alejandro Zubimendi
Alexandre de Albuquerque Sá
Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Ana Lúcia Seifriz Badia
André Moraes De Nadai
Andréa Vulcanis
Antônio de Moura Borges
Bruno Miragem
Clayton Gomes de Medeiros
Conceição de Maria Freire Leite
Daniela Carvalho Almeida da Costa
Dilnei Lorenzi
Eduardo Manuel Val
Fabiana Oliveira Bastos de Castro
Francisca M. Rosselló Rubert
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Hamilton Gomes Carneiro
Henrique Munhoz Bürgel Ramidoff
Iagrici Maria de Lima Maranhão
Inmaculada García Presas
Jaime Suau Morey
Josiane Becker
Juan Antonio Martínez Muñoz
Klever Paulo Leal Filpo
Leandro Almeida de Santana
Leonardo Baldissera
Lívia Pagani de Paula
Liziane Angelotti Meira
Lucia Pereira Valente Lombardi
Luciano de Oliveira Souza Tourinho
Luis Alberto Reichelt
Luiz Carlos Moreira Junior
M^a Ángeles Pérez Marín
Marcelo Pereira de Almeida
Marcos Alves da Silva
Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos
María de las Mercedes Rosa Rodríguez
Maria Eugênia Finkelstein
María Teresa García-Berrio Hernández
Mariana Barsaglia Pimentel
Mário Luiz Ramidoff
Miguel Angel Ciuro Caldani
Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto
Nilo Rafael Baptista de Mello
Octavio Campos Fischer
Oswaldo Pereira de Lima Junior
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira
Paulo Nalin
Paulo Roberto Pegoraro Junior
Pedro Eugenio Pereira Bargiona
Rosemary Carvalho Sales
Saul Tourinho Leal
Sira Pérez Agulla
Thais Bernardes Maganhini
Thiago Albuquerque Fernandes
Vitor Hugo Mota de Menezes
Wilson Tadeu de Carvalho Eccard

Integrantes do Conselho Editorial do



Alexandre Libório Dias Pereira

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Antonio García-Pablos de Molina

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

Carlos Francisco Molina del Pozo

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

Fernando Santa-Cecilia García

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

Ignacio Berdugo Gómez de la Torre

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

Joan J. Queralt

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

Jordi García Viña

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universitat de Barcelona.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

María Amparo Grau Ruiz

Catedrática de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

María del Carmen Gete-Alonso y Calera

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

Mário João Ferreira Monte

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

Paulo Ferreira da Cunha

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.

APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

DA INVESTIGAÇÃO À DESCOBERTA EM UMBERTO ECO: OLHAR E REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA NA ATUALIDADE

FROM INVESTIGATION TO DISCOVERY IN UMBERTO ECO: A LOOK AND REFLECTION ON CURRENT RESEARCH

DOI: 10.19135/revista.consinter.00008.04

*Marcos Alves da Silva*¹ – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3868-9435>

*Leonardo Baldissera*² – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9151-4925>

*Luiz Carlos Moreira Junior*³ – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9752-9159>

Resumo: O presente trabalho aborda um estudo sobre a obra **Como se faz uma tese** do autor Umberto Eco, tendo por base um caminho metodológico e epistemológico que o próprio livro apresenta, especialmente quando da discussão acerca da cientificidade da tese, de modo a desenvolver um olhar reflexivo e crítico sobre a pesquisa na atualidade. O roteiro detém em si um caminho pela investigação à descoberta da tese, enquanto pesquisa, pelo orientando auxiliado pelo seu orientador. Ainda que o contexto da obra tenha sido o cenário acadêmico década de 1970 na Itália, não há como ignorar as contribuições metodológicas e os conflitos epistemológicos existentes no livro, criando um contraponto com o desenvolvimento da pesquisa nos dias atuais. Os conselhos irônicos do autor contribuem para um choque de realidade acadêmica, ressaltando a contribuição que a tese pode oferecer ao honesto exercício do intelecto da pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa acadêmica. Tese. Metodologia. Pesquisa. Umberto Eco.

Abstract: This paper deals with a study on the work *How to make a thesis*, of the author Umberto Eco, based on a methodological and epistemological path that the book itself presents, especially when discussing the scientificity of the thesis, in order to develop a reflective and critic look on the current researches. The script itself has a way to investigate the discovery of the thesis, as research, by the guidance aided by its mentor. Although the context of the work was the academic scenario of the 70's in Italy, there is no way to ignore

¹ Pós-Doutor pela Universidade Nova de Lisboa (2017). Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2012). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2001). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995). Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Unicuritiba.

² Mestrando pelo Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Unicuritiba. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo – GVLaw (2016). Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (2012). Advogado. *E-mail:* baldisseraleo@gmail.com.

³ Mestrando pelo Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Unicuritiba. Membro do grupo de Pesquisa Responsabilidade Civil e atividade empresarial, sob orientação do Professor Pós-Doutor Marcos Alves da Silva. Advogado. *E-mail:* lmoreira@osaadvocacia.com.br

the methodological contributions and the epistemological conflicts that exist in the book, creating a counterpoint to the development of research nowadays. The ironic advice of the author contribute to a clash of academic reality, highlighting the contribution that the thesis can offer to the honest exercise of the research intellect.

Keywords: Academic research. Thesis. Methodology. Search. Umberto Eco.

1 INTRODUÇÃO

O livro **Como se faz uma tese** trouxe consigo um viés literário até então pouco divulgado do “*filósofo, ensaísta, teórico da comunicação de massa, o comunicólogo, o semiótico, o crítico, o romancista*” Umberto Eco, que assim foi descrito pela Professora Doutora Lucrécia D’Aléssio Ferrara (PUC-SP), responsável pela apresentação da obra em edição brasileira (ECO, 2007). Isso porque, a experiência de grande destaque do autor, sobretudo no campo filosófico, sua área formação (1954), aliada a cátedra da semiótica desenvolvida na Universidade de Bolonha (IT), até então não tinha sido destinada ao desenvolvimento metodológico e epistemológico presente na obra **Como se faz uma tese**, cujo conteúdo servirá de sustentáculo para o presente trabalho.

A carreira acadêmica de Umberto Eco lhe permitiu apresentar experiências, desvendar caminhos e incentivar o aluno no desenvolvimento de um estilo “apropriado” de tese, aqui compreendida como pesquisa acadêmica, originalmente pensada para o modelo italiano de ensino, mas de serventia indubitável para a pós-graduação em Ciências Humanas no Brasil.

A obra destaca ainda a experiência do trabalho acadêmico, com conselhos verdadeiros, por vezes irônicos, no intuito de compreender a “alquimia” da tese e auxiliar no seu completo desenvolvimento. O preparo de uma tese “digna” prescinde de um momento favorável e está intrinsecamente vinculada ao sentido do estudo, em uma compreensão ampla e crítica, muito embora o aluno possa se decepcionar com o curso acadêmico em questão (ECO, 2007). Nas palavras do autor tem-se o compêndio de dois sucintos conselhos, apresentados logo no início da obra, que devem ser observados pelo aluno na busca da verdadeira pesquisa acadêmica (ECO, 2007, p. XIV):

– *Pode-se preparar uma tese digna mesmo que se esteja numa situação difícil, que se resente de discriminações remotas ou recentes;*

– *Pode-se utilizar a ocasião da tese (mesmo se o resto do curso universitário foi decepcionante ou frustrante) para recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, entendido não como coleta de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência, aquisição de uma capacidade (útil para o futuro) de identificar os problemas, mas encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação.*

Muito embora Umberto Eco rechace a ideia de que o livro **Como se faz uma tese** serviria à explicar “*como se faz pesquisa científica*”, a realidade é que o profícuo conhecimento do autor na área acadêmica, sua capacidade de sintetização e sobretudo a percepção, já à época, de que a pesquisa científica, tal como se apresentava, caminhava para longe dos olhos do conhecimento e da honestidade intelectual, permitem a utilização da obra como parâmetro de reflexão da pesquisa acadêmica.

O título do artigo em mesa remete a composição do livro objeto do estudo, bem como a evolução do seu sumário, iniciando com o capítulo *O que é uma tese e para que serve*, passando pela *Escolha do tema*, *Pesquisa do Material*, *Plano de Trabalho e o Fichamento* e desaguando na *Redação*, *Redação Definitiva e Conclusões*, para então desenvolver um olhar crítico da pesquisa na atualidade. Nesse caminho metodológico e epistemológico, tal como quando retrata a escolha do tema, Umberto Eco faz surgir inquietações sobre a necessidade de ordenar as próprias ideias, inclusive para aqueles que o fazem por obrigação, caminhando pela investigação à descoberta da própria tese.

O diálogo sincero entre professor e aluno, trazido em forma de orientações, narrativas de experiências acadêmicas e cenários hipotéticos servem também de alerta para a inexistência de caminho fácil, rígido ou pronto para a elaboração da pesquisa científica, tampouco a possibilidade de se estabelecer uma métrica predefinida para a realização do seu objetivo de estudo. Em outras palavras, é preciso disciplina, honestidade e interesse fidedigno na pesquisa, aceitar as dificuldades, superando-as no intuito de concluir de forma satisfatória a pesquisa.

As ideias apresentadas por Umberto Eco em **Como se faz uma tese** permitem uma sintonia atemporal no que se refere ao desenvolvimento da pesquisa científica, construindo um enlace didático e metodológico do estudo em comparação com o modo de se fazer pesquisa na atualidade. A criticidade presente nas lições do autor aprofunda a percepção de quão importante é o desenvolvimento da pesquisa com qualidade no cenário educacional, inclusive sob o viés do desenvolvimento social.

Além da introdução, o presente artigo está estruturado em mais dois tópicos, dentre eles o desenvolvimento da obra: reflexões sobre a pesquisa na atualidade e considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO DA OBRA: REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA

A leitura do livro **Como se faz uma tese** permitiu a compreensão do elemento processual – no significado de “*modo por que se realiza ou executa uma coisa; método, técnica*” (AURÉLIO, 2008) –, inerente a produção de pesquisa científica, que deriva de sua investigação à descoberta, ou seja, definição temática, produção (leia-se, desenvolvimento) e conclusão da mesma.

Umberto Eco inicia seu compilado de ideias no capítulo 1, denominado *Que é uma tese e para que serve*, destacando-se o subcapítulo *A quem interesse este livro*, onde o tom irônico do autor começa a ganhar destaque, sobretudo quando das “sugestões” sabidamente ilegais apresentadas aos estudantes “obrigados” a preparar uma tese, ou seja, quando os alunos se apresentam sem qualquer interesse ou vontade de aprender. O autor destaca que, se você se enquadra nessa categoria (desinteresse na produção acadêmica), seja por qual motivo for, a obra em referência não lhe ajudará, sendo mais proveitoso escolher as seguintes possibilidades: “(1) *investir uma quantia razoável para que outros façam a tese por eles*; (2) *copiar uma tese já pronta há alguns anos em outra universidade*” (ECO, 2007, p. 4).

Evidentemente as sugestões acima não devem ser acatadas, servindo apenas para trazer à tona uma triste realidade no que toca ao desenvolvimento de pesquisa, situação já identificada por Umberto Eco nos idos da década de 1970 na Itália, onde iniciou sua carreira acadêmica (FRAZÃO, 2018). Nas palavras do autor observa-se a explicação das sugestões apresentadas, inclusive com descrição das dificuldades sociais e jurídicas que à época eram vivenciadas:

Claro está que os dois conselhos acima são ilegais. Seria como dizer: “Se você foi ao pronto-socorro, ferido, e o médico se recusar a atendê-lo, meta-lhe uma faca na garganta”. Em ambos os casos, tratam-se de atos de desespero. Nosso conselho foi dado, a título paradoxal, para reafirmar que este livro não intenta resolver os graves problemas de estrutura social e de legislação existentes. (ECO, 2007, p. 4)

Compreende-se as ponderações irônicas do autor, ainda mais quando se tem em mente a diferenciação da tese pensada no modelo italiano (tese de licenciatura), leia-se graduação, e a tese de pós-graduação nacional, seja estrito ou *lato sensu*, bem como quando se leva em conta a informação de “graduação de massa”, que destoa do âmago da pesquisa e contribui para comportamentos obrigatórios e engessados na academia, tão presente nos dias atuais das universidades brasileiras.

Ao destacar esses apontamentos o autor pretende estabelecer uma franca distinção na pesquisa acadêmica. Ou seja, a produção da tese não pode ser ato meramente formal, despido de dedicação e sem o sincero interesse no aprendizado. Caso assim o fosse, de nada adiantaria o estudo metodológico e científico (no sentido epistêmico) do aprendizado e da produção de ideias. O conceito de “graduação de massa” bem revela que a prática – despida de vontade – da produção acadêmica vem se enraizando no âmbito da academia, prejudicando sobremaneira o ensino, o estudo e o desenvolvimento da pesquisa enquanto instrumento de desenvolvimento social e filosófico.

A cultura do ensino tradicional, baseada nas operações fundamentais de repetir e produzir, no sentido de repetir o que sempre foi apresentado pela doutrina e produzir consequentemente os dogmas e preconceitos enraizados no sistema de ensino (SOARES, 2014, p. 137) em muito contribuiu ao desestímulo da produção acadêmica.

Já no ano de 1977, data da primeira publicação da obra em debate, a academia italiana enfrentava problema similar, no tocante a obrigatoriedade de se fazer a tese de licenciatura, sobretudo para aqueles desinteressados e que o faziam por obrigação, tanto é que parte substancial do livro **Como se faz uma tese** apresenta situações e circunstâncias sobre as mazelas da pesquisa.

Atualmente, o cenário, infelizmente, não se modificou. Seja pela necessidade de avanço profissional, mediante promoções, melhores remunerações e cargos superiores, ou obrigatoriedades pessoais, o meio acadêmico ainda se depara com interesses desprovidos da sinceridade e curiosidade inerentes à pesquisa científica, de modo que tais circunstâncias acabam por desaguar na produção de frágeis e rasas pesquisas, contendo conteúdos repetidos, sem originalidade e que não interessam ao meio acadêmico.

Exemplo claro desse desprendimento educacional com a pesquisa é retratado por Bauman em seu livro **Modernidade e Ambivalência** (1999, p. 225), quando

observa que o conhecimento vem sendo desconstituído pelo elevado número de especializações, que geram a necessidade de novas especializações em um círculo vicioso e prejudicial ao conhecimento jurídico enquanto pesquisa e desenvolvimento educacional.

Nesse sentido que Orsini (2018, p. 3) também entende pela existência de uma crise no ensino jurídico no Brasil, que segundo a autora “não é fruto de uma única raiz”, mas advinda de uma série de fatores, desde cunho “curricular, extracurricular, pedagógico, político, econômico, ideológico, didático, metodológico”, dentre outros.

De todo o modo, Umberto Eco (2007, p. 7) ensina que a tese e a elaboração da pesquisa científica serve para a vida, não só como incentivo ao seu desenvolvimento, mas como exercício intelectual sincero, essa ideia se faz presente no subcapítulo denominado *Como uma tese pode servir também após a formatura*, onde se conclui a serventia extra acadêmica da tese e se inicia o raciocínio metodológico que poderá ser seguido no desenvolvimento do trabalho com a apresentação das temáticas e métodos de pesquisa.

De fato, é preciso rememorar que a pesquisa em sentido *lato* não se prende tão somente ao espaço acadêmico, uma vez que sendo de boa qualidade contribuirá como avanço pessoal e social daquele que a desenvolve e daqueles que a absorvem. A tese, enquanto pesquisa, não se exaure em si mesma, contribuindo sobremaneira para o ambiente social. Nas palavras de Umberto Eco tem-se que:

Enfim, elaborar uma tese é como exercitar a memória. Temo-la boa quando velhos se a exercitamos desde a meninice. E não importa se a exercitamos decorando os nomes dos jogadores dos times da Divisão Especial, os poemas de Carducci ou a série de imperadores romanos de Augusto e Rômulo Augusto. Por certo, se o caso for aprimorar a memória, é melhor aprender coisas que nos interessam ou nos sirvam: mas, por vezes, mesmo aprender coisas inúteis constitui bom exercício. Analogamente, embora seja melhor fazer uma tese sobre um tema que nos agrada, ele é secundário com respeito ao método de trabalho e à experiência daí advinda. (2007, p. 5)

Nesse sentido, não há como se deixar de observar a ideia metodológica central do livro **Como se faz uma tese** reside no cumprimento de um método de trabalho, previamente estipulado, com fim destinado à conclusão do seu objetivo (tese). Ainda que não seja um manual, parece claro que a prescrição de um método era de fato um dos objetivos do autor com a obra, visando maximizar e otimizar o trabalho de futuros pesquisadores e estudantes, como se percebe nas quatro regras por ele estabelecidas para a escolha do tema destinado a elaboração da tese:

- 1) *Que o tema responda aos interesses do candidato (ligado tanto ao tipo de exame quanto às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa).*
- 2) *Que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, estejam ao alcance material do candidato.*
- 3) *Que as fontes de consulta sejam manejáveis, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato.*

4) *Que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato.* (ECO, 2007, p. 6)

Embora sucintas, as sugestões apresentadas pelo autor são atemporais, servindo de parâmetro para a pesquisa também nos dias atuais. Dentre as orientações, destacam-se aquelas relativas ao ideal cultural do aluno e ao quadro metodológico da pesquisa, as quais, atualmente, foram relegadas do campo acadêmico, ante a necessidade de se produzir uma tese de fácil execução.

A problemática cultural, por evidente, possui vinculação íntima a fragilidade da educação de base, situação que deságua no campo acadêmico, obrigado a absorver os vícios enraizados no aluno/pesquisador.

A escolha do tema é justamente o próximo capítulo da obra em análise, e nesse contexto, tem-se importante correlação com a investigação descrita no título do presente artigo, especialmente quando se relaciona com a ideia de descobrimento imputado ao aluno. Essa ideia de descobrir o tema que será objeto da tese passa inerentemente pela delimitação da questão em estudo, que por vezes é demasiadamente ampla, denominada por Umberto Eco de tese panorâmica, sem enfoque objetivo (2007, p. 9).

Mencionada tese panorâmica, assim descrita pelo autor, reflete inexoravelmente o cenário atual da pesquisa acadêmica, desprovido de delimitação coordenada e sem ser direcionada a objetivos específicos. Tudo acaba sendo relativizado, sem propósito certo, em um olhar abrangente, mas indefinido.

Especificamente no campo do direito, Gabrich (2018, p. 90) exemplifica que a pesquisa nas universidades brasileiras enfrenta uma crise relevante, uma vez que desvirtuada da função principal, que seria a aproximação do direito da realidade social. A distância que a produção de teses panorâmicas traz da realidade educacional e social contribui para a má qualidade do estudo acadêmico, acarretando em pesquisas rasas e desprovidas de utilidade científica.

Por outro lado, existe também a denominada tese monográfica, destinada a abordagem de um único tema, o que não significa perder de vista o panorama (ECO, 2007, p. 10). Para o autor *“quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”* (ECO, 2007, p. 10), inclusive para construção de estratégias defensivas quando da apresentação do trabalho em banca examinadora.

Essa fase inicial de descobrimento do tema pode vir auxiliada da experiência do professor orientador, mas tendo em mente que a sugestão é em forma de caminho e não de conclusão, ou seja, deve-se buscar uma orientação e não uma resposta pronta, no estilo *“fast food”*. A orientação – em seu sentido literal – se destina a abrir o caminho, ou indicá-lo, mas, jamais, percorrê-lo pelo aluno, justamente para permitir que o quadro metodológico da pesquisa permaneça ao alcance da experiência do pesquisador.

A orientação deve vir despida de intenções particulares do orientador, sobretudo porque o estudo deve ser útil aos demais integrantes da academia e meio social. A interferência desmedida do orientador, além de prejudicar o caráter o desenvolvimento genuíno do trabalho, pode obstar o completo desenvolvimento do orientando.

Nesse sentido, Umberto Eco esclarece que a posição primordial do orientador reside no exercício sincero do debate, demonstrando, por vezes, indiretamente, os caminhos possíveis do desenvolver da pesquisa e as agruras e felicidades que acompanham sua evolução, sempre ponderando pelo exercício da cátedra de forma independente:

Até porque uma boa tese deve ser discutida passo a passo com o orientador, nos limites do possível. E não para lisonjear o mestre, mas porque escrever uma tese é como escrever um livro, é um exercício de comunicação que presume a existência de um público: e o orientador é a única amostra de público competente à disposição do aluno no curso de seu trabalho. (2007, p. 15)

A orientação assume notável relevância para o desenvolvimento daquilo que se compreende como pesquisa de referência, de tal modo que não há como dissociar a qualidade da pesquisa atual com o eventual desinteresse, tanto do orientando, quanto de seu orientador, por vezes já descrente no desenrolar de uma pesquisa genuína dentro de um campo acadêmico insofrito e sobrecarregado.

Dando sequência a análise da obra **Como se faz uma tese**, percebe-se que a ideia epistemológica do livro se destaca quando Umberto Eco aborda a questão da cientificidade, questionando “*Que é a cientificidade?*” no subcapítulo 2.6.1 da obra e tentando definir quando um trabalho (tese) merece ser chamado de científico em sentido amplo.

Em outros termos, tem-se que o livro apresenta verdadeiro postulado destinado ao estudo da origem daquilo que se quer denominar de ciência. A compreensão desse fundamento (ciência) permite delinear um cenário conclusivo sobre a pesquisa (e ausência de cientificidade) que atualmente é apresentada no campo acadêmico.

Partindo do conceito de epistemologia trazido por Gelson João Tesser (1994, p. 92) que elucida o termo como: “*discurso (logos) sobre a ciência (episteme). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências*”, verifica-se que Umberto Eco desenvolveu, ainda que perfunctoriamente nesse subcapítulo, uma ideia epistemológica da cientificidade da tese, refletindo problemas e métodos para identificar um estudo científico.

Muito embora possa se entender que os requisitos apresentados pelo autor, no tocante à questão da cientificidade, são tidos como questões metodológicas, uma visão mais atenta permite concluir que todos contribuem para uma discussão sobre o valor da ciência e sua natureza. Maciel-Lima (2014, p. 321) ao tratar sobre a cientificidade apresenta dois fundamentos epistêmicos aptos a caracterizá-la (racionalismo e o empirismo), alertando que a cientificidade não pode se limitar a uma análise individual de ambos, mas sim um contato dialógico e complementar que permita a coexistência de tais fundamentos.

Especificamente, Umberto Eco apresenta quatro principais pontos aptos a identificar um trabalho científico, são eles:

1) O estudo debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja igualmente reconhecível pelos outros.

- 2) *O estudo deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse.*
- 3) *O estudo deve ser útil aos demais.*
- 4) *O estudo deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas.* (2007, p. 23)

Seguindo as orientações do autor percebe-se o abismo existente no que toca a rasa qualidade dos trabalhos atualmente desenvolvidos pela academia. Ausente o ineditismo, a identidade de um objeto perceptível por outros vieses, ou ainda a utilidade da pesquisa e seus elementos de verificação, difícil identificar um trabalho que se sobressaia e que possa ser identificado como científico.

Umberto Eco também demonstra ainda uma valorização da ideia de trabalho científico, dizendo que o mesmo nunca faz os outros perderem tempo: *“até mesmo trabalhar na esteira de uma hipótese científica para depois descobrir que ela deve ser refutada significa ter feito algo positivo sob o impulso de uma proposta anterior”* (ECO, 2007, p. 24). Desenvolver uma tese que englobe os pontos acima citados, portanto, faz com que a abordagem epistemológica relacionada aos problemas metodológicos, axiológicos, interpretativos, dentre outros, possam ser debatidos e analisados com o rigor acadêmico necessário.

A ideia do autor de construir, ou melhor, reconstruir o conhecimento científico, com base em elementos racionais, através do estudo e elaboração da tese, faz compreender um dos ideais próprios da epistemologia (construção do conhecimento científico).

O posicionamento crítico de Umberto Eco, tendente a necessidade de se explorar conceitos científicos, em sentido lato, no âmbito da tese acadêmica envolve uma reflexão verdadeira sobre o papel que a academia pode desenvolver no espaço social, político, filosófico e cotidiano do homem. O reducionismo da pesquisa impõe, destarte, impacto negativo em toda a sociedade, em seus mais variados desdobramentos.

Falar em pesquisa científica, para Umberto Eco, implica no reconhecimento do valor científico que o trabalho precisa demonstrar, desde que a terminologia não seja utilizada como subterfúgio para o desenvolvimento indistinto de trabalhos, tal como uma “linha de produção” laboral: *“Ora, fala-se frequentemente nas universidades em ciência, cientificismo, pesquisa científica, valor científico de um trabalho, e semelhantes termos podem ensejar a equívocos involuntários, seja por mistificação ou por suspeitas ilícitas de mumificação da cultura”* (ECO, 2007, p. 20).

Willian B. Gomes (1993, p. 7) em seu artigo: *As questões epistemológicas e a formação do pesquisador na pós-graduação brasileira* elenca alguns questionamentos epistemológicos que podem ser inseridos na ideia de cientificidade apresentada por Umberto Eco, dentre eles destaca-se a qualificação do conhecimento, que bem se enquadra nas preocupações existentes na obra **Como se faz uma tese**.

Nesse contexto, Gomes (1993, p. 9) sintetiza sua preocupação epistemológica em quatro questionamentos específicos (fato, origem, validade/verificação e implicações do conhecimento) para ao final traçar um paralelo entre ideias e fatos, na busca da ponderação entre o conhecimento:

A preocupação epistemológica consiste em um esforço para encontrar respostas para quatro perguntas muito simples: o que eu sei, como eu sei, por que eu sei e qual o valor do que eu sei. A primeira pergunta refere-se a um problema metafísico de definição de realidade – o que é um fato. A segunda traz o problema de origem, como eu fiquei sabendo, e aponta para a necessidade de procedimentos metodológicos. A terceira traz o problema da qualificação do conhecimento e preocupa-se com sua validade ou verificação. A quarta enfatiza as implicações do conhecimento nos seus aspectos éticos e estéticos. Em suma, as perguntas questionam os modos possíveis de relação entre ideias e fatos, ou seja, a certeza de que uma dada relação é verdadeira, e em que sentido o conhecimento construído, através desta relação, é importante para mim e para os outros. (1993, p. 9)

A identificação da cientificidade, tanto para Eco (2007, p. 21), quanto para Gomes (1993, p. 10), necessita percorrer um caminho epistemológico, da investigação a descoberta dentro dos ideais de pesquisa já descritos no texto (ECO, 2007, p. 23).

Por outro lado, quando Umberto Eco apresenta o subcapítulo 2.6.3 *Como transformar um assunto de atualidade em tema científico* é possível perceber um conflito epistemológico entre inovação e cientificidade, isso porque apesar da temática tratada no subcapítulo caminhar para um roteiro metodológico, a ideia proposta pelo autor é a possibilidade de construir e conduzir de modo científico uma tese que verse inclusive sobre assuntos da atualidade: *“tese científica ou tese política? Dilema falso. É tão científico fazer uma tese sobre a doutrina das ideias em Platão como sobre a política da Lotta Continua na Itália entre 1974 e 1976”* (ECO, 2007, p. 32).

Nesse diapasão, possível concluir a pesquisa pode admitir uma variedade temática sem necessariamente se olvidar da característica científica. Essa observação apresentada por Umberto Eco deve servir de alento, mas também de alerta, para o desenvolvimento do trabalho na atualidade, que infelizmente em sua maioria carece de vies científico, seja qual for a tese adotada ou mesmo a área de ensino a que se destina.

Na sequência da obra Umberto Eco ensina ao orientando percepções diretas para evitar que o orientador explore, a seu único proveito, o trabalho acadêmico em desenvolvimento. Nesse ponto, há uma direta e precisa orientação: *“ao aceitar um tema de tese, está se inserindo ou não num trabalho coletivo, e pensar se vale a pena fazê-lo”* (ECO, 2007, p. 34).

No desdobramento do livro, relativamente aos capítulos 3; 4; 5; e 6 identifica-se uma série de apontamentos metodológicos relacionados: *A pesquisa do material; O plano de trabalho e o fichamento; A redação; A Redação definitiva*. Tais pontos em muito contribuem para a construção esboçada da tese e da pesquisa como um todo, sobretudo quando da apresentação de exemplos e situações por parte do autor.

Por evidente, e considerando o contexto temporal em que a obra fora originalmente escrita (década de 1970 na Itália), há que se fazer ressalvas quanto aos modelos de pesquisa e uso das novas tecnologias, que tanto contribuem em termos de qualidade e velocidade no desenvolvimento do trabalho. Mas, ainda assim, os ensinamentos e mecanismos de pesquisas apresentados por Umberto Eco (2007, p. 34-79) são de inestimável valia para a produção acadêmica.

Retomar as lições do passado, caminhando com as tecnologias presentes, pode ser um ponto de saída para a melhora da qualidade da pesquisa na atualidade. As valiosas lições metodológicas da obra **Como se faz uma tese** parecem algo distante da realidade vivenciada na academia; catalogar livros, elaborar fichamentos, utilizar o índice como hipótese de trabalho são exemplos metodológicos descartados pelos alunos movimentados pelo afã de concluir algo, somente pela necessidade cotidiana ou profissional.

O abandono de tais práticas levam a pobreza do aprendizado, mormente porque ao se revolver o passado, em busca de uma nova leitura do futuro, tem-se o caminho mais certo para o alcance do conhecimento.

Ao final da obra, Umberto Eco trouxe em apenas uma folha suas conclusões sobre o tema proposto. Sem perder a ironia que lhe acompanhou em todo o livro, o autor iniciou o capítulo 7, denominado *Conclusões*, com a seguinte frase: “*Gostaria de concluir com duas observações: fazer uma tese significa divertir-se, e a tese é como porco: nada se desperdiça*” (ECO, 2007, p. 173).

A ideia de nada se desperdiçar passa pelo fato de que toda a construção da tese, desde a escolha do seu tema, desenvolvimento, orientação e sua conclusão envolve estudo, preparo e dedicação, sem olvidar que o levantamento de material e conhecimento pode auxiliar o acadêmico em um futuro não tão distante.

A tese pode ser apenas o começo de um novo projeto ou dar origem a outros, como uma verdadeira ramificação da ciência, que não se freia ou interrompe quando movida por ideais e ideias. Em outras palavras, a tese pode ser a porta de entrada para um universo de conhecimento e enriquecimento cultural, social e filosófico.

Dentre as incontáveis orientações repassadas pelo autor, pode-se destacar o conselho mais genuíno que é “*o importante é fazer as coisas com gosto*” (ECO, 2007, p. 173). Nessa oportunidade, Eco aproveita para esclarecer que a ideia do livro não é aterrorizar o acadêmico, tampouco desestimulá-lo, pelo contrário, é necessário viver a tese como um desafio que se iniciou na investigação da temática, passou pela construção e preparo acadêmico, desaguando na conclusão da mesma e consequente aprovação acadêmica com a apresentação de um novo conhecimento.

A tese pode ser um instrumento apto a desvendar uma vocação para a pesquisa, sem que isso signifique uma integral e exclusiva dedicação à carreira universitária, renunciando a uma carreira profissional eventualmente já existente. Na realidade, conforme ensina o autor “*Pode-se dedicar um tempo razoável a pesquisa mesmo exercendo uma profissão, sem pretender obter um cargo universitário. Mesmo um bom profissional deve continuar a estudar*” (ECO, 2007, p. 174).

As necessidades profissionais e econômicas muitas vezes impedem que o aluno perceba a possibilidade de correlação da pesquisa com seu desenvolvimento profissional, quando não interpreta, erroneamente, que a dedicação ao conhecimento no campo acadêmico seria um “atraso” no seu caminho profissional. É preciso extirpar tal raciocínio, que tanto mal faz para o desenvolvimento da pesquisa na atualidade, nesse contexto voltar os olhos aos grandes mestres de um passado não tão distante, como Umberto Eco, permite (re)encontrar os trilhos para o desenvolvimento da pesquisa com qualidade, dedicação e comprometimento científico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da obra **Como se faz uma tese** permite elucidar um verdadeiro caminho metodológico relacionado ao desenvolvimento e conclusão da mesma, servindo de parâmetro para elaborar em contraponto uma reflexão do atual estágio de qualidade da pesquisa científica, inclusive de modo global.

Umberto Eco trouxe sua vivência acadêmica em compilados metodológicos, trihando um receituário exemplificativo, na busca da tese ideal, ou minimamente lúcida, verdadeira e com objeto agregador, sob o ponto de vista do conhecimento, o qual, segundo o autor, precisa retomar o caminho da cientificidade e originalidade presente em um passado não tão distante do atual cenário enfrentado pela academia.

Os apontamentos metodológicos do autor possuem uma aplicação completa no âmbito da tese e pesquisa acadêmica, evidenciando as falhas da pesquisa atualmente exercida no âmbito universitário. Muito embora a origem da obra tenha se dado na década de 1970 na Itália, o diálogo que Umberto Eco estabelece com a pesquisa e o trabalho acadêmico é atemporal, servindo de modo relevante para a pós-graduação brasileira. É possível traçar um paralelo fático entre as dificuldades enfrentadas e narradas pelo autor dentro do âmbito acadêmico com o cenário da pesquisa atual, notadamente no campo jurídico.

O choque acadêmico demonstrado pelo autor serve de alerta para a importância de se repensar o *modus operandi* de construção do trabalho com ideal de cientificidade. Percebe-se a necessidade de se afastar de conceitos predeterminados, com conteúdos rasos, e sem cronograma metodológico, sobretudo se a ideia pensada pelo aluno é a produção científica de qualidade e utilidade para o meio social ou mesmo para a sua continuidade dentro da produção acadêmica, com posterior desdobramento para programas de mestrado e doutorado.

É preciso repensar o caminho da ciência sem olvidar das lições passadas, associando as inovações presentes e futuras, tais como as novas tecnologias de pesquisa, no intuito de remodelar um conceito raso de estudo que caminha para a produção em massa, prejudicando sobremaneira a qualidade e funcionalidade das pesquisas em sentido *lato*. A crítica do autor, portanto, recai na precariedade do desenvolvimento da pesquisa, já identificado à época da elaboração do livro.

Conforme elucidado por Umberto Eco a pesquisa se destina a todos, não se restringindo ao aluno e ao orientador, remodelar, portanto, esse conceito fim permitirá o desenvolvimento de qualidade útil ao ramo social envolvido, coisa que vem sendo relegada nos dias atuais com a elaboração de trabalhos sem cientificidade.

Ainda que a problemática epistemológica da obra não tenha sido posta de forma expressa, é possível identificar uma discussão (estudo crítico) sobre o valor da ciência e sua natureza quando da análise da cientificidade da tese (*Que é a cientificidade?*) no subcapítulo 2.6.1. Nesse ponto, a crítica de Umberto Eco acaba sendo um tanto quanto perfunctória no âmbito da episteme, inclusive porque não é esse o propósito da obra.

Ainda assim, a leitura do texto permite inferir que a episteme da pesquisa sofre verdadeiro prejuízo pela inobservância das sugestões trazidas pelo autor, tais como a necessidade de desenvolver um conhecimento científico preparado para os questionamentos e contrapontos de debates, encontrando a verdadeira ciência da tese.

Por outro lado, as lições metodológicas estão constantes no desenvolvimento do livro, assumindo, portanto, um real destaque da obra, muito embora conforme frisado pelo autor o livro não pretenda ser interpretado como um manual. Contudo, os próprios capítulos do texto estão ordenados e preestabelecidos de forma a estruturar o desenvolvimento da tese em um roteiro já trilhado por aqueles que labutam no ramo acadêmico.

Observar essa ramificação metodológica junto com advento de novas tecnologias é um dos caminhos necessários à retomada da pesquisa em termos qualitativos, sobretudo no âmbito da pós-graduação.

A realidade descrita por Eco é que a tese acadêmica, no sentido de pesquisa, deve englobar uma reflexão sobre sua interferência na vida social, ou seja, a tese científica deve valer para a vida, sendo instrumento de acesso ao conhecimento e aprofundamento da ideia de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Rolando Pavó. Las Investigaciones Sociojurídicas Acerca de la Eficacia y Efectividad del Derecho; Algunas Alternativas Metodológicas. **Revista Internacional Consinter de Direito**, Porto, Portugal: Vila Nova da Gaia, a. II, n. II, 2016.
- ASSAFIM, João. Marcelo. The Interface Between Intellectual Property and Competition. **Revista da ABPI**, v. 145, p. 2-72, 2016.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Título original: *Modernity and ambivalence*.
- CARVALHO, José Lucas Santos; TRIVELATTO, Márcia Carolina Santos. Por que fazer pesquisa empírica em direito? **Encontro Nacional do CONPEDI**, Brasília-Distrito Federal, XXVI, 2017. p. 253-270.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- EDITORA. **Umberto Eco**: Vida, obra e contribuições. Editora Albatroz, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://editoraalbatroz.com.br/umberto-eco-vida-obra-e-contribuicoes/>>. Acesso em: 11 mar. 2019
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. Desenvolvimento Científico Adaptado ao Progresso das Ciências: A Sustentabilidade da Utilização de Animais em Atividades Educacionais Orientado para a Solução dos Problemas Brasileiros em Face do Direito Ambiental Constitucional Brasileiro. **Revista Jurídica Unicuritiba**, v. 3, n. 44, p. 160-181, 2016.
- FRAZÃO, Dilva. **Biografia Umberto Eco**. 2018. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/umberto_eco/>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GABRICH, Frederico de Andrade; MENDES, Betania das Graças. A Necessidade da Formação Docente Voltada para o Modelo Mental da Análise Estratégica do Direito. **Encontro Nacional do CONPEDI**, XXVII, 2018. UNISINOS: Porto Alegre, Brasil. ANAIS. Florianópolis: CONPEDI, 2018. p. 82-98
- GOMES, Willian. B. As Questões Epistemológicas e a Formação do Pesquisador na Pós-graduação Brasileira (1993) *Em Pauta*, v. 5, n. 7, p. 3-26. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/museupsi/lafec/a1993a.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- MACIEL-LIMA, Sandra Mara; LIMA, José Edmilson Suoza. Contornos do Conhecimento Jurídico: A Cientificidade do Campo em Questão. **Revista Jurídica Unicuritiba**, v. 2, n. 35, 2014.
- MACIEL-LIMA, Sandra Mara; LIMA, José Edmilson Suoza. Contours Of The Legal Knowledge: The Scientific Validity Of The Field. **Revista Jurídica Unicuritiba**, v. 2, n. 47, p. 433-467, 2017.
- MENDONÇA, Henrique Gaspar Mello de. O Comparativismo: A Pesquisa Científica no Direito Estrangeiro e no Direito Comparado The Comparativism: Scientific Research In Foreign Law And Comparative Law. **Encontro Nacional do CONPEDI**, XXVII, 2018. UNISINOS: Porto Alegre, Brasil. ANAIS. Florianópolis: CONPEDI, 2018. p. 40-56

- MEZZAROBIA, Orides; STRAPAZZON, Carlos Luiz. Direitos fundamentais e a dogmática do bem comum constitucional. **Sequência**, Florianópolis, n. 64, p. 335-372, 2012.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, Leonardo Araújo. Questões Fundamentais da Reflexão Filosófica acerca da Arte: Resenha de os problemas da estética de Luigi Pareyson. **Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação (USP)**, a. 6, n. III – mar./maio 2013.
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RIOS, Priscila Francis Uedlih. Crises do Ensino Jurídico e a Atuação Prática Profissional: O Desenvolvimento de habilidades. **Encontro Nacional do CONPEDI**, XXVII, 2018.
- PASOLD, Cesar Luiz; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. Reflexões Sobre os Modelos Tradicionais e o Reflexivo de Educação: Contribuições para a Efetividade da Sustentabilidade. **Revista Jurídica Unicuriçitiba**, v. 4, n. 49, p. 462-479, 2018.
- SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SOUZA PINTO, Felipe Chiarello de. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 38-48, 2005.
- SOARES, Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão. Educação a distância: uma perspectiva para a educação do século XXI. **Revista Jurídica Unicuriçitiba**, v. 3, n. 36, p. 132-149, 2014.
- TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, n. 10, p. 91-98, dez. 1994.
- TORRES FILHO, Celso Marins; NÓBREGA, Adriano César Oliveira. (Re)Pensar o Direito: A Necessidade de Pesquisa Empírica para o Desenvolvimento do Estudo Jurídico. *In: Foreign Law And Comparative Law. In: Encontro Nacional do CONPEDI*, XXVII, 2018. Porto Alegre: Unisinos Brasil. Anais. Florianópolis: Conpedi, 2018. p. 4-20.
- WÜST, Caroline; COPATTI, Lúvia Copelli. O Currículo, os Métodos Consensuais de Tratamento de Conflitos e a Formação do Bacharel em Direito: Quebra de Paradigmas ou Mera Expectativa? **Encontro Nacional do CONPEDI**, XXVII, 2018. Porto Alegre: Unisinos. Anais. Florianópolis: Conpedi, 2018. p. 188-208.